

Congresso nega omissão em relação a novas regras do FPE

Em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal, parlamentares explicam que não tiveram tempo hábil para aprovar novas regras para a partilha do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados; a mais alta corte do país decidirá sobre ação apresentada por quatro governadores

Num documento enviado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso nega que tenha se omitido ao não definir, até o fim do ano passado, as novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Esse documento foi enviado a pedido do presidente em exercício do STF, Ricardo Lewandowski, que solicitara ao Congresso que se manifestasse para subsidiar uma eventual decisão do tribunal sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão ajuizada pelos governadores de Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco.

Na ação (ADO 23), os governadores pedem a prorrogação do prazo de validade dos critérios de partilha do FPE, expirado em dezembro de 2012, até que o Congresso aprove as novas regras.

Em resposta ao STF, a Advocacia-Geral do Senado, que representa o Congresso, explica que os parlamentares estão trabalhando no tema. No Senado,



Senadores participam de sessão no Plenário: desafio é aprovar, rapidamente, novas regras para o FPE

tramitam dez projetos de lei tratando do FPE, com regime de urgência. Na Câmara, outras 19 propostas.

Para o presidente do Senado, José Sarney, não se trata de interferência do Judiciário nas atividades do Legislativo: — Foi algo normal. Ele [Lewandowski]

tem prazo, e a lei manda que peça informações. O Congresso respondeu. Não são argumentações. São prestações de informações sobre o que foi feito. Mais nada. Essa interpretação de contestação nossa ao Supremo não existe.

De acordo com o Congresso, o que

faltou para o cumprimento do prazo estipulado pelo STF foi tempo hábil para a aprovação das propostas.

Um obstáculo foi a redução da atividade parlamentar no Congresso entre a publicação do acórdão do STF declarando inconstitucional a Lei Complementar 62/89, que trata da distribuição do FPE, e o prazo dado para a definição de novas regras. Entre abril de 2010 e dezembro de 2012, foram realizadas as eleições gerais, que alteraram a composição da Câmara e do Senado, e as eleições municipais. Outra razão é o fato de o tema ser delicado e afetar todos os estados.

Também foi destacada a iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro, de adotar, por meio do Acórdão 3.135/12, as medidas necessárias para assegurar o repasse dos recursos do FPE para o exercício de 2013 até que uma nova legislação seja aprovada.

A maior preocupação dos estados é que o repasse de verbas seja interrompido.



O vice-presidente Michel Temer fez ontem uma visita de cortesia a Sarney

“O Legislativo tem seu tempo”, afirma Temer

O vice-presidente da República, Michel Temer, fez uma visita de cortesia, na manhã de hoje, ao presidente do Senado, José Sarney, que deixará o comando da Casa daqui a oito dias.

Indagado sobre a indefinição acerca da partilha do Fundo de Participação dos Estados, Temer disse que o governo tem tomado providências para não prejudicar os estados.

— O Congresso tem seu tempo. Acho que muito proximamente vai decidir essa matéria — afirmou.

No início da semana, os governadores da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais e de Pernambuco ajuizaram uma ação no Supremo Tribunal Federal para pedir que os critérios de distribuição do fundo sejam mantidos enquanto não for aprovada uma nova lei pelo Congresso Nacional.



Jucá desde novembro pede urgência na aprovação de novas regras

Jucá pede ao Senado que vote texto em fevereiro

Em entrevista hoje à Rádio Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) voltou a pedir urgência na votação de novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, com o objetivo de garantir os repasses indispensáveis ao pagamento de pessoal e de despesas com a manutenção dos serviços públicos.

— É muito importante que o Senado possa se debruçar sobre isso e votar ainda em fevereiro para que possa ser remetido para a Câmara dos Deputados — afirmou.

Desde novembro, Jucá pede rapidez na votação das novas regras. Ele apelou aos líderes dos partidos para que o texto fosse aprovado até dezembro, prazo final estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal para a definição dos novos critérios para o rateio do fundo.



Walter Pinheiro defende a votação urgente de um novo modelo do FPE

Pinheiro apoia ação movida por governadores

Autor da principal proposta de redefinição dos critérios do fundo em discussão no Senado, Walter Pinheiro (PT-BA) apoiou a ação ajuizada por governadores de quatro estados pedindo mais prazo para a votação de um novo modelo pelo Congresso e a manutenção, enquanto isso, da divisão determinada pela Lei Complementar 62/89.

Pinheiro disse que a ação é apropriada devido ao momento de insegurança jurídica, mas ressaltou que o prazo para a aprovação de nova lei não deve ser dilatado.

— Os governadores deveriam conversar para aprovar em fevereiro pelo menos a proposta transitória, que foi o que eu propus. Aí nós teríamos uns três anos para discutir uma regra nova ou até para ratificar a proposta já aprovada — afirmou.



Ana Amélia: Supremo precisa entender dificuldade de aprovar nova lei

“Guerra de 27 contra 27”, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que o Supremo Tribunal Federal precisa entender a dificuldade política para se aprovar a lei sobre o Fundo de Participação dos Estados.

Para a senadora, o Congresso respondeu bem ao pedido do presidente em exercício do Supremo, Ricardo Lewandowski, para a manifestação sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão ajuizada pelos governadores de Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco.

— Se essa decisão fosse fácil, o Senado já teria deliberado. Assim como há processos no Judiciário e no Supremo Tribunal Federal que ficam durante anos para serem julgados, da mesma forma, esse assunto, a distribuição de recursos para os estados, é muito complexo. É uma guerra de 27 [unidades da Federação] contra 27.

“A política é cruel e o embate não tem limites”

Prestes a encerrar o quarto mandato como presidente do Senado, José Sarney avalia seus 35 anos na Casa — o tempo mais longo da história — e a sua vida pública



Sarney destaca modernização e transparência em suas gestões

JOSÉ SARNEY (PMDB-AP) está prestes a deixar a Presidência do Senado, que ocupou quatro vezes nos últimos 17 anos. Em 2014, Sarney vai completar o terceiro mandato como senador pelo estado do Amapá. Entre 1971 e 1984, esteve na Casa como representante do Maranhão.

“Já são 35 anos dentro do Senado. Na história da República eu sou o senador que mais tempo passou aqui”, destaca Sarney, lembrando

que Ruy Barbosa teve 32 anos de Senado.

Sarney registra que não será candidato à reeleição, mas ressalta que não é por falta de apoio popular. Ele lembra que o ex-deputado federal Virgílio Távora (1919—1988) dizia que duas coisas fazem o político abandonar a carreira: ou o político larga o povo, ou o povo larga o político. “Graças a Deus, nada disso aconteceu comigo”, diz.

Sobre o próximo presidente

do Senado, Sarney ressalta que “isso depende da escolha do Plenário”. Ele, no entanto, admite que Renan Calheiros (PMDB-AL) deve ser um dos candidatos e que o colega de partido tem muita experiência: “Já foi presidente da Casa e tem grande capacidade de diálogo e conciliação”.

Sarney conta que tentou desestimular o envolvimento de seus filhos na política, por conta das agruras da atividade. Dois deles, no entanto,

seguiram a carreira do pai: o deputado federal Sarney Filho (PV-MA) e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Sarney admite, porém, que gostaria que os filhos repetissem a trajetória política dele.

Nesta entrevista, José Sarney avalia os mandatos como senador, fala sobre as realizações da carreira política e a forma como lida com denúncias, e não deixa de tocar em assuntos como Deus, frustrações, vida e morte.

Como o senhor avalia seus mandatos como senador?

Sempre tive a preocupação com a atualização, com a modernização e com o apoio científico aos trabalhos do Senado. Na década de 1970, fui presidente do Instituto de Pesquisa e Assessoria do Congresso, que visava oferecer assessorias competentes à atividade parlamentar, convocando a inteligência nacional. Assuntos como energia nuclear, hidrelétricas e abertura democrática estavam entre os trabalhos do instituto. Ainda como senador, em 1993, eu propus a informatização do Senado. Foi constituída uma comissão, da qual eu era membro, e o resultado foi a criação da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen).

Qual herança o senhor deixa como presidente do Senado?

Nunca gostei de participar das mesas de direção. Mas, em 1994, eu me rendi aos apelos para assumir a Presidência do Senado. Minha preocupação com a modernização se redobrou, e acho que entramos na era da modernidade do Senado. Parecia que o Senado ainda estava no século 19.

Sempre tive preocupação com a transparência, pois a modernidade traz um novo interlocutor: a opinião pública, que se manifesta por meio da mídia, das redes sociais ou pelas organizações civis. Com isso, nós achamos que o Senado devia se atualizar

para ter sua presença diante da opinião pública. Daí, houve a criação da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), com a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado. Serviços como o DataSenado, a Ouvidoria, o e-Cidadania e o Alô Senado vieram assegurar uma transparência cada vez maior. Também destaco a informatização das sessões e da frequência dos senadores, as notas taquigráficas em tempo real na internet e o [site de busca de legislação] LexML.

Na área administrativa, houve o incremento dos cursos do Instituto Legislativo Brasileiro e a aquisição de livros raros para a Biblioteca, além dos Programas Pró-Equidade e Senado Verde. Modernização e atualização têm sido a minha marca por onde tenho passado na administração pública.

O senhor já foi deputado, governador, senador e presidente da República. É empresário e membro da Academia Brasileira de Letras. Falta algo a conquistar?

Todo homem chega ao fim da vida com uma certa frustração, não das coisas que fez, mas pelas coisas que deixou de fazer. Quando a gente entra na política, é pelo desejo de melhorar a sorte de seu município, de seu estado, de seu país, e até de melhorar a sorte da humanidade. Essa é a grande vocação da política. E sempre fica uma frustração por ainda não ter conseguido todas essas coisas.

Fico meio decepcionado quando vejo que todas as ideias políticas no mundo prestaram menos serviço ao povo do que Alexander Fleming, com a penicilina; Albert Sabin, com a vacina contra a paralisia; ou as inovações de Thomas Edison ou Steve Jobs. Sempre fica a ideia de que ainda há alguma coisa por fazer. Quando Deus fez o mundo, não o fez com tudo perfeito, mas deixou o homem com a capacidade de cada dia melhorar um pouco. Eu sou um otimista com a humanidade, e acho que haverá um dia em que o homem vai conseguir aquilo que Thomas Jefferson chamava de “a busca da felicidade”. Isso será daqui a milênios, mas vai acontecer.

Ao longo da sua trajetória, o senhor teve de lidar com denúncias de irregularidades. De que forma o senhor convive com isso?

A política é cruel, e o embate político não tem limites. A primeira coisa que muitos fazem é tentar desqualificar o adversário. Então se inventa tudo e se é submetido a todas as injustiças. Quanto mais responsabilidade, mais se é combatido. Faz parte da prática e da instrumentação política. É terrível pra quem faz política e desmoraliza a atividade política. Por isso, o povo julga tão mal os políticos. São os próprios políticos que constroem esse julgamento.

Quanto a mim, como eu sei que são inverdades, eu lido

como se fosse com uma terceira pessoa. Eu sou cristão, e Deus me deu essa graça. Deus já fez tanto por mim — como o país em que ele me fez nascer e a vida que ele me permitiu construir, tanto na literatura quanto na política — e ele me pede uma coisa apenas: “Perdoai os vossos inimigos”. Por que vou negar isso a ele? Então eu perdoei e fico tranquilo.

Na história do Brasil, muitos sofreram muitos ataques. Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, muitos presidentes. Mas eu vejo que tudo isso passa. Os excessos que a imprensa constrói, o tempo destrói.

O senhor completou 82 anos, em 2012, passando por um susto. Teve de ser internado para tratar do coração. O senhor tem receio da morte?

O corpo começa a dar sinais, algumas peças começam a ficar com a validade vencida (*risos*). Eu até escrevi um poema, *Homilia do Juízo Final*, em que eu termino dizendo: “Tenho um encontro com Deus. /— José! onde estão tuas mãos que eu enchi de estrelas? /— Estão aqui, neste balde de juçaras e sofrimentos.” Juçara é outro nome para o açai.

Qual o momento mais difícil?

Foi quando me ligaram de madrugada, em 1985, avisando que eu iria assumir a Presidência da República. Não conhecia ministério nem programa de governo. Diziam que a democracia iria morrer nas minhas mãos. Mas não morreu. Pelo

contrário, floresceu.

Convivi com grandes homens públicos. Corro o risco de fazer alguma injustiça, mas, se eu tivesse que apontar aquele de quem mais sinto falta, seria Tancredo Neves.

Há algo que o senhor considere que seja o seu legado político para o Brasil?

Destaco a transição democrática e os programas sociais, que tanto bem fazem ao povo brasileiro. Depois de ser presidente, tive a felicidade de ver todas as classes sociais colaborando com a vida do país. A República começou com os barões do café, passou pelos militares, pelos bacharéis e tivemos um operário como presidente. Hoje temos uma mulher na Presidência. Há país mais democrático? Isso foi fruto de um trabalho que passou pelas minhas mãos.

A prioridade era apenas econômica, e eu coloquei a causa social na pauta quando fui presidente da República (1985—1990). Todos esses programas que hoje foram ampliados começaram naquele tempo. Com o Plano Cruzado (1986), tive coragem de colocar minha cabeça a prêmio, com o congelamento de preços. Procuramos outro caminho que levou ao Plano Verão, ao Plano Collor e até ao Plano Real. O Plano Real esteve em nossas mãos, mas não havia mais tempo para implementá-lo. Na minha vida, a orientação sempre foi procurar ajudar, construir, unir e buscar a paz.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Oposição vai ao STF contra MP que libera créditos

Medida provisória que tenta compensar atraso na votação do Orçamento é acusada pelo DEM e pelo PSDB de inconstitucional, pois os recursos não serão destinados a despesas imprevisíveis e urgentes

EDITADA PARA COMPENSAR o atraso na votação do Orçamento para 2013, a Medida Provisória 598/12 virou alvo de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizada pelo DEM e pelo PSDB. A MP abriu crédito extraordinário de R\$ 42,5 bilhões para órgãos federais e empresas estatais e garante recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A ação foi distribuída

ao ministro Marco Aurélio. Os parlamentares da oposição alegam que a edição da MP desrespeita dois artigos da Constituição: o 62, no trecho que trata da edição de MPs, e o 167, na parte sobre abertura de créditos extraordinários. Sustenta ainda que as despesas previstas na MP 598/12, “a despeito da importância, são ordinárias e rigorosamente previsíveis”, e que a abertura de crédito extraordinário por meio de medida provisória só se justifica para atender a despesas imprevisíveis e



O ministro Marco Aurélio será responsável pela ação no Supremo

urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

A MP foi editada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff para compensar o atraso na votação do Orçamento da União para 2013. A oposição reclama ainda que há mais de R\$ 178 bilhões em restos a pagar de Orçamentos anteriores pelo governo. Em 2008, o STF considerou ilegal a edição de créditos suplementares ao Orçamento da União por meio de medida provisória, só sendo possível

a iniciativa por projeto de lei.

Em dezembro do ano passado, o impasse em torno da votação do veto parcial da presidente da República à Lei dos Royalties levou ao adiamento da proposta orçamentária.

O presidente da Câmara, Marco Maia, interpretou a decisão do ministro Luiz Fux, do STF, de considerar inconstitucional o requerimento de urgência, aprovado pelo Congresso, que mudava a ordem de votação dos vetos

presidenciais, como um impedimento à votação do próprio Orçamento. Indagado pelo presidente do Senado, José Sarney, o ministro Fux explicou que a decisão se referiu apenas à ordem de votação dos vetos presidenciais.

O Congresso chegou a marcar sessão para votação, em bloco, de todos os mais de 3 mil vetos presidenciais pendentes. Mas, com o embate político em torno da Lei dos Royalties, a votação dos vetos foi adiada, assim como a do próprio Orçamento.

Aloysio Nunes apresenta estudo com críticas a medidas provisórias

Estudo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) sobre quatro medidas provisórias (MPs) aponta descumprimento dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, sinais de má gestão em obras do PAC e contingenciamento excessivo de verbas, especialmente em ações governamentais de custeio e investimento.

A análise começa pela MP 544/11, que teria retirado recursos de estados e municípios para injetar na defesa nacional. As críticas se dirigem ao fato de o governo, “de repente”, considerar prioritária uma área que sofreu redução de gastos na década passada.



Waldeimir Barreto/Agência Senado

O senador condena também a possibilidade de uma MP passar a tratar de novos temas durante a tramitação. Na MP 559/12, aponta, dez assuntos foram agregados à autorização para a Eletrobras adquirir pelo menos 50% da Celg, empresa goiana de distribuição de energia.

Aloysio critica a “carta em branco” dada pelo Congresso ao governo para executar obras do PAC. Segundo ele, essa “liberalidade” se torna mais preocupante diante do relatório feito pelo ministro

do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro, que cita a aprovação das ações do primeiro ano do governo Dilma Rousseff com 25 ressalvas e 40 recomendações.

“Segundo o relatório do TCU, somente 20% da Lei de Diretrizes Orçamentárias foi executado. Em 2011, ainda segundo o TCU, a renúncia de receita cresceu 30%, e os R\$ 187,3 bilhões dela resultantes ultrapassam os orçamentos da saúde, educação e assistência social”, comenta Aloysio.

A edição da MP 573/12, que abriu créditos extraordinários em favor de diversos órgãos, reforçou a percepção.

De acordo com ele, as despesas vinculadas aos créditos relacionados nesta MP já estariam previstas no orçamento aprovado pelo Congresso. O problema seria a demora do governo em empenhar os recursos e liberar os pagamentos.

Aloysio ainda colocou em dúvida a constitucionalidade da MP 579/12, que regulou a prorrogação de concessões prestes a vencer no setor elétrico, pois a a Constituição determina licitação para esses casos.

Ana Amélia defende internação forçada de dependente de droga

Iniciativas de internação compulsória dos dependentes de drogas, abordados na rua, previstas no Rio de Janeiro e em São Paulo, reacenderam o debate sobre a questão. Para Ana Amélia (PP-RS), “esse é o caminho”, desde que se observem certos critérios.

Segundo ela, para ser internado contra a vontade, o paciente deve representar risco para si próprio e para terceiros. Além disso, ressalta, são necessárias avaliação médica e autorização judicial.

O estado de São Paulo iniciou na segunda-feira, na região da capital conhecida como cracolândia, um programa que prevê a internação compulsória de dependentes químicos. A ação tem a participação de profissionais da saúde, do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

— O doente está na rua, sem tratamento, sem dignidade. Não é uma forma socialmente justa de tratar as pessoas — comenta a senadora, lembrando que o tratamento doméstico



Integrante de entidade filantrópica socorre dependente de crack em São Paulo: internação compulsória cria polêmica

também não é fácil e elogian-do o trabalho realizado pelas comunidades terapêuticas.

Ana Amélia é relatora do PLS 111/10, do ex-senador Demóstenes Torres, que propõe a internação involuntária. Ao dar parecer favorável à matéria, no ano passado, ela retirou do texto original a proposta de pena privativa de liberdade dos usuários e, por sugestão de psiquiatras, retirou a previsão de multa, para não penalizar duplamente a família.

A senadora diz que pode apresentar um substitutivo para “tentar salvar” o projeto, pelo qual afirma ter trabalhado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para tanto, informa que está dialogando com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça.

Diálogo

Para Ana Amélia, é indispensável dialogar e buscar consenso em relação ao assunto.

— É preciso deixar de ser radical. É preciso encontrar um meio termo — afirma.

Psiquiatra e ex-ministro da Saúde, Humberto Costa (PT-PE) fez objeções ao projeto em tramitação na CAS. Para ele, o problema é de saúde, e não de segurança.

O parlamentar avalia que a Lei da Reforma Psiquiátrica, que prevê a possibilidade tanto da internação voluntária quanto da compulsória, é abrangente e já atende os

dependentes químicos.

— Muito mais importante que punir com cadeia, multa ou internação compulsória, é preciso garantir que os dependentes sejam atendidos, acolhidos e cuidados — disse.

Humberto defendeu o programa do governo federal de combate às drogas, que já contemplaria todas as questões relacionadas ao tema.

Desde 2011, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio, em operação conjunta com os órgãos de segurança, retira os usuários das ruas e realiza o acolhimento. Eles recebem tratamento especializado para deixar o vício. Até o momento foram acolhidos 5.141 dependentes químicos.

Em São Paulo, foi intensificada a Operação Integrada Centro Legal, para combater o tráfico e tratar os usuários de crack. A partir de agora, se for constatado que o dependente não tem condições de saúde e se negar a receber tratamento, promotores podem pedir a internação imediata e juízes podem ordená-la.